



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
ANO III · Nº 33 · 2ª QUINZENA DE MAIO DE 1992 · Cr\$ 500,00

## Salário Mínimo de 230 mil é Fome para milhões

A aprovação pela Câmara dos deputados do valor de 230 mil para o salário mínimo derrubou a máscara de todos os partidos "opositores" ao governo. Inicialmente, propuseram como alternativa 300 mil, abaixaram para 280 mil, depois para 245 mil e, finalmente, votaram favorável aos 230 mil. Aqueles que votaram contra, no entanto, estavam agarrados aos míseros 245 mil. São mais de 20 milhões de trabalhadores que recebem 1 salário mínimo.

Numa inflação de mais de 20% ao mês, perpetua-se a fome das famílias operárias. É assim que o capitalismo apodrecido sobrevive. A classe burguesa necessita da superexploração da maioria nacional para tocar seus negócios. Não pode conceder o mínimo para a sobrevivência civilizada dos assalariados. Transforma-os em indigentes, empurra-os para as favelas, desagrega parte de suas famílias e chega à destruição física de uma parcela pela fome, criminalidade, etc.

O salário mínimo de Collor e do Congresso capacho é um ataque frontal às condições de vida das massas, que deve ser respondido com a mobilização operária

em todo país. Não será com abaixo-assinados, como o da CUT, que trabalhadores quebrarão a política de fome e miséria do governo corrupto e vendido ao imperialismo. E não será confiando no parlamento (Congresso Nacional) dos exploradores que arrancaremos dos patrões o salário mínimo real.

É necessário um levante nacional da maioria contra o governo patronal e sua política antipopular. Ao invés das direções sindicais submeterem os sindicatos às decisões dos parlamentares e dos pactos sociais, cabe colocá-los a serviço da organização e da luta direta das massas. Que se convoque as assembleias sindicais e populares por todo o país. Que se constitua um comando nacional de luta dos trabalhadores da cidade e do campo. Que se forme uma rede de comitês de base nas fábricas, sindicatos, campo, escolas, locais de trabalho e bairros. Que se prepare a greve geral por tempo indeterminado!

Sem estes meios que agigantam a força das massas, Collor e o parlamento manterão a família trabalhadora na pobreza e miséria.

**Abaixo o salário mínimo dos  
escravocratas!**

**Pelo salário mínimo real de 900 mil!**

## A T.POR comemora o nascimento de Marx e Lenin.

Marx nasceu no dia 5 de maio de 1818 e juntamente com Engels foi o fundador do socialismo científico. O marxismo é a doutrina revolucionária da classe operária, o instrumento ideológico que pode permitir sua libertação. Para Trotsky "o marxismo é a realização consciente do inconsciente processo histórico, isto é, das tendências elementares e instintivas do proletariado para a reconstrução da sociedade sobre bases comunistas, é propriamente o materialismo histórico ou a aplicação do materialismo dialético aos problemas da sociedade".

Lenin nasceu em 22 de abril, aplicou o marxismo na época do imperialismo. Foi o construtor do Partido revolucionário, altamente centralizado e regido pelo centralismo democrático (Partido bolchevique). Foi dirigente da

Revolução Russa de 1917. Lutou contra as primeiras manifestações de burocratização no partido e no Estado Operário.

A T.POR tem como base programática os princípios marxistas-leninistas na construção do partido revolucionário no Brasil. Para isso, utiliza o método marxista para o estudo da realidade brasileira. A assimilação do marxismo é parte imprescindível para a construção do programa revolucionário.

Marx e Lenin estarão sempre presentes, enquanto teóricos do socialismo científico e militantes exemplares da revolução proletária, na T.POR. Viva o marxismo-leninismo!

(dados extraídos do Dicionário Político Histórico Cultural de Guilherme Lora)

## INTERNACIONAL

### Rebelião nos Estados Unidos

O país capitalista e imperialista mais poderoso do mundo expôs abertamente a latente luta de classes com a rebelião dos negros em Los Angeles e Nova York. Em 36 horas o bairro South Central, de Los Angeles, se transformou numa zona de guerra civil, ocupado por fuzileiros navais, treinados especialmente para os combates de rua. O levante só foi controlado mediante a intervenção militar, própria de situações insurrecionais. Desta vez o general Marvin Covault não comandava as tropas de agressão imperialista ao Golfo Pérsico que arrasou o Iraque, mas sim contra os negros oprimidos no próprio interior dos Estados Unidos.

A revolta que incendiou o South Central, destruindo 3760 lojas e prédios e deixando um saldo de 48 mortes, aparentemente foi motivada pela não condenação dos 4 policiais brancos que espancaram o motorista de taxi negro Rodney King. Na verdade, por detrás desse motivo, está a brutal pobreza e opressão dos trabalhadores negros, os mais afetados pelas demissões em massa e pelo longo período de desemprego.

A discriminação racial expressa a opressão social capitalista. Não foi a burguesia negra e seus representantes que se revoltaram nas ruas contra a não condenação dos policiais repressores e sim as camadas mais empobrecidas e a juventude negra, que não tem nenhuma perspectiva de vida no interior do capitalismo decadente. Ao contrário, os políticos negros demagogos condenaram o método da revolta e o próprio King foi utilizado para defender a legalidade dos tribunais da burguesia imperialista norte-americana.

Os capitalistas europeus e japoneses se mostraram abismados com o levante inesperado. Compreenderam que o episódio de King foi apenas o estopim para a explosão social, motivada pelo fato da desagregação do mais poderoso país. A Europa não se distancia muito daquela realidade e o Japão também caminha para a crise social. O reanimamento grevista na Alemanha indica também as tendências convulsivas da luta de classes. Com a bancarrota da economia

estatizada no Leste Europeu e a ofensiva de implantação da economia de mercado (restauração capitalista), que conduz ao desemprego massivo, ao maior empobrecimento das massas e a guerra de nacionalidades, a luta de classe em toda a Europa se potencializa.

A farsa ideológica de que o capitalismo caminha na solução dos grandes problemas sociais e que o fracasso do comunismo na Rússia é a prova da inviabilidade do marxismo sofre um golpe com o levante dos trabalhadores negros e a ocupação militar de Los Angeles. A crise estrutural do capitalismo é tão profunda que mesmo nos países imperialistas, que exploram o mundo inteiro, não há condições de manter minimamente os assalariados. Os cortes de verbas para os serviços sociais, acompanhados de aumento de desemprego e rebaixamento salarial, resultam da necessidade de descarregar a quebra econômica sobre a maioria explorada. Ao contrário, de se elevar as condições de vida das massas, os países imperialistas estão obrigados a retroceder as conquistas sociais mais elementares. Esta tendência está em pleno desenvolvimento. A barbárie do desemprego e da fome já não se limita aos países semicoloniais.

O proletariado mundial começa a realizar a importante experiência com a decomposição conjunta do sistema capitalista e estalinista do Leste Europeu, que se traduz em restauração capitalista e recolonização imperialista. Os choques brutais em defesa das condições mais elementares desenvolverão as tendências à independência de classe. A revitalização do movimento operário mundial está colocada. Através dele se desenvolverão as premissas sociais e políticas de superação da crise de direção mundial, ou seja, da liquidação do internacionalismo proletário pelo estalinismo. A construção dos partidos revolucionários leninistas e a reconstrução da IV Internacional terão por base rebeliões tais como a dos explorados nos EUA.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS  
O JORNAL QUE DEFENDE A  
REVOLUÇÃO  
E A DITADURA DO PROLETARIADO  
CAIXA POSTAL Nº 01057 · SÃO PAULO · SP**

NO NORTE E  
NORDESTE ESCREVA  
PARA  
CAIXA POSTAL  
575 - AG.  
CENTRAL  
RECIFE - PE -  
CEP 50001

## Crise prematura do novo ministério

Nem bem foi instalado o novo ministério de Collor e já se despontou os primeiros elementos de crise. A declaração do Ministro dos transportes (Camargo) rejeitando a privatização das rodovias entrou em choque com a orientação central do governo, que é a desestatização por completo. Este fato obrigou Collor exigir do novo ministro silêncio sobre a questão, pois caso contrário alimentaria os choques internos em torno da linha de desnacionalização. Por detrás de Camargo estão poderosos grupos econômicos (as empreiteiras), que têm interesses em que o Estado continue a controlar um setor de vultuosas aplicações. Por outro lado, outros poderosos grupos, inclusive o imperialismo, têm interesse em dominar tal setor.

Um outro fator da crise ministerial prematura está na declaração de Jorge Bornhausen, o principal articulador político de Collor, de que se não conseguir reunir uma maioria parlamentar até junho renunciará ao cargo. Esta colocação demonstrou a frágil base de sustentação do executivo. Por mais que o governo tenha oferecido ministérios e cargos de segundo escalão, que têm muita importância para a política burguesa, já que movimentam uma grande soma de dinheiro, mesmo assim não foi possível compor uma coalizão que lhe permitisse manobrar facilmente o Congresso Nacional e assim evitar os constantes choques entre os poderes.

Nos próximos meses, Collor necessita da aprovação de inúmeros projetos patrocinados pelo acordo com o FMI, entre eles a reforma fiscal, a regulamentação das patentes e quebra do monopólio estatal do petróleo. Todos são temas explosivos, porque atingem interesses de setores do capital nacional. Dada a desmoralização do governo, depois de tantas denúncias de corrupção, e sua desintegração, a inexistência da maioria parlamentar se torna um grande obstáculo, pois anteriormente tinha maiores facilidades porque os partidos da oposição burguesa acabavam de estreitar o novo governo pró-imperialista. Já há uma opinião formada no PMDB, PSDB e PDT sobre a incapacidade do governo Collor

de breçar a crise econômica e política embora sustentem o governo, como é o caso de Brizola, que em compensação teve a favor do Estado do Rio a estatização de 2,5 bilhões de dólares de sua dívida.

Um outro aspecto da crise é a luta entre as frações do PFL para se imporem no seio do governo. Este partido ganhou maior espaço na cúpula governamental, com a reforma dos ministérios. Projetou-se nas articulações o governador da Bahia Antônio Carlos Magalhães, um político essencialmente oligarca. O primeiro choque no interior do PFL ocorreu entre Magalhães e Bornhausen na nomeação do presidente das Telecomunicações, um feudo do governador baiano. A indicação de Marchezan, do Rio Grande do Sul, foi considerada por Magalhães um atentado à sua autoridade. Imediatamente, Magalhães passou a fazer críticas à política recessiva de Collor, unindo-se às posições de Fleury.

A investida de vários governadores exigindo de Collor uma mudança na política econômica, em que se pleiteia o afrouxamento monetarista, se constitui numa censura ao Ministro Marcílio Marques. Evidenciou-se que houve por detrás da reformulação ministerial uma luta para que a reforma atingisse desde o ministério da economia. A presença de Calmon de Sá, na Superintendência do Desenvolvimento Regional, foi cogitada como um trampolim para uma possível queda de Marcílio. A notícia de que setores do PFL, ligados a Magalhães, trabalham pela substituição de Marcílio por Calmon aumentou os choques internos ao governo.

Provavelmente, a disputa dos partidos burgueses em torno do governo em decomposição crescerá. Um dos pontos centrais diz respeito à orientação recessiva e aos interesses regionais em jogo. Antônio Carlos de Magalhães exige de Collor os mesmos benefícios concedidos ao Rio de Janeiro. Em nome da igualdade de condições e dos desequilíbrios regionais, o oligarca baiano procura-se impor como uma força no centro da política do governo.

## A crise do regime político

A crise prematura do novo Ministério reflete o fracionamento da burguesia nacional, fragmentada em oligarquias regionais. Não se destaca uma fração com clara hegemonia, para que possa impor a unidade e centralização em torno do governo Collor. A crise governamental é a crise de centralização burguesa do poder do Estado. Expressa o fenômeno histórico da incapacidade da burguesia nacional de ter uma política econômica independente do imperialismo.

A fragmentação oligárquica, que permite manter velhos políticos como Antônio Carlos Magalhães, representante de interesses estritamente regionalizados, tem sido exposta no curso da desintegração do governo Collor. Este fenômeno demonstra também como a burguesia nacional se assenta não na unidade, mas num grande espectro heterogêneo, típico de país semicolonial, condicionado pelos desequilíbrios regionais (desenvolvimento desigual e combinado da economia atrasada).

## O proletariado perante a crise

A crise interburguesa é favorável para o avanço do movimento operário. Entretanto, o que verificamos é a sua pouca presença na luta política. O que vem se destacando neste quadro é a confluência de toda a burocracia sindical, que vai da CUT à PS, em direção ao Entendimento Nacional, com setores do capital descontentes com a quebra econômica. E o PT que faz aberta campanha pela formação de uma coalizão burguesa opositora, necessária para continuar o domínio do

Estado sobre as massas e evitar a sua desintegração.

A crise burguesa faz ressaltar a crise de direção revolucionária no país, ou seja, o grau embrionário do partido marxista (T.POR). A classe operária, que se concentra nos grandes centros urbanos, se constitui numa poderosa força social frente à burguesia decadente. Mas depende de ganhar unidade na ação e elevar a consciência revolucionária de destruição da capitalismo.

## A reivindicação dos militares e a crise do Estado

É parte da crise do regime político a campanha de Bolsonaro a favor do reajuste do soldo militar. O direitista Bolsonaro se aproveita do descontentamento existente nos quartéis, devido aos baixos salários e a decadência do exército, para dirigi-lo no sentido especificamente cor-

porativista. O seu movimento pela "dignidade da família militar" tem um conteúdo claramente corporativo-reacionário. Entretanto, o fundamental está na decomposição progressiva do exército, devido à própria falência do Estado Nacional, obrigado que está a arcar com a

dívida externa e com as medidas recessivas.

O choque entre a passeata das mulheres dos militares e o governo, que ameaçou com a repressão, expõe fraturas entre determinadas camadas militares com a cúpula integrada ao governo. Sem dúvida, a casta de generais tem interesses nas reivindicações, porque será a mais beneficiada com a isonomia reivindicada (equiparação dos salários dos militares com o dos Legislativo e Judiciário).

Os parlamentares do

PT, encabeçados por José Genoíno, logo levantaram o perigo do choque entre as reivindicações dos militares e o Congresso Nacional. Imediatamente, se articularam com os partidos da burguesia para aprovar um reajuste, que sem dúvida não acabará com o descontentamento dos quartéis. Assim, demonstram ser incapazes de dar uma resposta revolucionária ao problema militar, sempre temerosos com a frágil democracia burguesa.

Primeiramente, trata-se de se fazer uma clara dis-

tinção entre a tropa e a casta de generais parasitas, que na verdade têm toda mordomia do Estado. Em segundo lugar, defender a liberdade de manifestação das mulheres dos militares. Terceiro, levantar o problema de que quem deve se manifestar são as tropas. Colocar as mulheres à frente do movimento é um atestado de submissão ao regime repressivo do próprio exército, que tem a função de sustentar a sociedade de classe, da qual a tropa também é vítima. Quarto, defender a sindicalização e o

direito de manifestação política nos quartéis, como o de realizar as assembleias. Quinto, colocar as reivindicações econômicas da tropa numa plataforma comum com a do movimento operário, o que quer dizer chamar os soldados oprimidos a defenderem a elevação das condições de vida de toda a população trabalhadora. A bandeira deve ser de união de soldados e operários contra o governo antinacional e antipopular de Collor.

## Fracassa o acordo com as montadoras Operários arcam com a crise

O aumento dos preços dos carros, nem bem o sindicato metalúrgico assinou o acordo com as montadoras, golpeou as bases do pacto colaboracionista. As multinacionais demonstraram que o acordo para não demitir por 90 dias depende da elevação do lucro, oposto à propaganda de que operários e capitalistas perderiam para que os empregos fossem mantidos.

A traição da burocracia de São Bernardo começa a se mostrar custosa para os metalúrgicos. O anterior fracasso das câmaras setoriais, com a negação da Fiesp de assinar qualquer acordo de controle de preços, logo demonstrou que os capitalistas não se sujeitariam à limitação de sua liberdade de decisão. O poder dos monopólios está acima de qualquer restrição e controle.

O reajuste nos preços dos carros se contrapõe à idéia apresentada na assembleia metalúrgica de que com a redução dos preços se aumentariam as vendas e com elas os empregos. O governo em seguida aumentou o preço do petróleo e imediatamente as montadoras o seguiram, argumentando ter havido um aumento no custo de produção.

A balela da redução dos impostos e congelamento da campanha salarial dos metalúrgicos para rebaixar o preço dos carros foi desmascarada no dia seguinte. Numa economia em desintegração dificilmente se pode chegar a

uma conciliação estável entre interesses opostos.

O importante é compreender que estes fracassos servirão de experiência das massas com a burocracia traidora. Vicentinho e Lula, apreensivos com a quebra do acordo, chamaram os operários a uma grande passeata, que não passou de um protesto inconsequente. Porém, logo mais os trabalhadores verão que seus salários permaneceram archoados e que a garantia de emprego é ilusória. É necessário denunciar amplamente a traição da burocracia sindical, contrapor-se à política de colaboração de classe e defender a luta direta das massas, colocando-se pela formação dos comitês de luta, convocação de assembleias, ocupação de fábricas e organização de greves unitárias contra a miséria.

Denunciemos que os capitalistas não poderão assegurar os empregos na situação de bancarrota econômica do capitalismo. Trocar salário por emprego é uma forma de proteger os interesses dos exploradores, que em qualquer conjuntura econômica necessitam extrair mais-valia, aumentar os lucros e acumular capital. Não há como conciliar interesses opostos de classes opostas. Muito menos é possível o proletariado impor aos capitalistas seus interesses através de acordos de cúpula (pacto social).

Todo pacto social significa a sub-

ordinação das reivindicações dos trabalhadores ao capitalista, como é o caso do adiamento da data base dos metalúrgicos. Tal trêgua, mesmo que cumprida, quer dizer que apenas por três meses haverá estabilidade, assim que terminar, os operários estarão à mercê dos patrões.

Mas ainda há um problema maior, ou seja, a classe operária não se reduz aos metalúrgicos e nem mesmo aos que estão empregados. Milhares foram demitidos no ABCD e em todo país. O acordo com as montadoras resulta em paralisia do movimento operário nacional, quando milhões estão sem emprego e milhares continuam a ser demitidos. Quebrando-se a capacidade de luta da camada mais bem organizada e poderosa do operariado, que é a vanguarda do ABCD, se reduz as possibilidades de reação da classe operária de conjunto. Fica claro o papel da burocracia de protetora dos interesses do capital ao amortecer a luta de classes, que tende a se aguçar com o desemprego em massa e o archo. Contra esta linha de colaboração antioperária, defendendo a Campanha nacional de luta contra o desemprego, a fome e a carestia. Frente ao miserável salário mínimo de 230 mil, decretado pelo governo e aprovado no Congresso Nacional, as massas terão de reagir à crescente pobreza.

## Privatização: Até os presídios?

O governo Fleury pretende implantar o sistema privado de presídios. O modelo vem dos Estados Unidos. Segundo a experiência norte-americana, a empresa Corrections Corporation of América (CCA), que administra 20 presídios, teve um lucro de 1 milhão e 600 mil dólares, movimentando uma soma de 37 milhões de dólares em 1990. A previsão é de que o seu lucro será 3 vezes maior em 1992. Como se vê, trata-se de um negócio capitalista altamente lucrativo. Pelo visto, quanto mais presos melhor para tal empreendimento.

Qual é a proposta do governador Fleury? "O contrato a ser assinado entre o governo e a empresa que ganhar a licitação terá validade de 10 anos. A empresa vai propor a importância a ser paga por preso e o Estado garantirá 600 presos" (Estado S.P. 20/4). Não é difícil saber de onde sairá a lucratividade deste novo negócio. O governo subsidiará os capitalistas e os presos serão explorados como força de trabalho. Não só estarão presos por cometer crimes como estarão escravizados perante o patrão, como deve estar todo assalariado.

A diferença entre o assalariado não preso é que se constitui na mão de obra livre para ser explorada e o detento será uma mão de obra não-livre também para ser explorada. O governo argumenta que os gastos são excessivos com as prisões e que a corrupção dos funcionários é incontável. Com a privatização, se pretende baratear a participação do Es-

tado no serviço presidiário e se evitar a corrupção. Ocorre que o crescimento em grande escala de presidiários é resultado da superexploração da mão de obra do assalariado livre e do desemprego crônico, que com a recessão tem se agravado. A corrupção nas prisões é fruto, de um lado, do miserável salário que recebem os carcereiros e demais funcionários e, de outro, da cúpula administrativa que se aproveita da situação para se enriquecer.

A sustentação de um amplo complexo de presídios pelo Estado nada mais é do que um dever dos capitalistas que matam de fome famílias inteiras de trabalhadores e jogam seus filhos na mais tenra idade para o crime. O fato do governador reconhecer que o Estado já não consegue resolver o problema carcerário é o testemunho da falência do sistema econômico de exploração do trabalho. E a solução privatista de explorar os detentos é um outro testemunho da profunda decomposição do regime burguês, que não só mercantiliza a saúde, educação como também os efeitos do crime (os detentos), que têm sua origem na própria exploração.

É necessário denunciar o objetivo de lucratividade através das penitenciárias e defender que a solução começa por erradicar o desemprego, o analfabetismo e a miséria generalizada em todo o país. E que será definitivamente abolida com a destruição da exploração do trabalho e opressão social. Isto é, implantação do socialismo.

## Para que serve um milhão de assinaturas?

A CUT, CGT e Con- tag lançaram uma campanha a nível nacional para colher um milhão de assinaturas para um projeto de Lei sobre a política de reajuste e de recuperação gradual do valor do salário mínimo. As justificativas de tal empreendimento revelam o grau de capitulação das direções sindicais à política burguesa e à sustentação do governo corrupto. Em primeiro lugar, porque são incapazes de defender o salário mínimo real, com escala móvel, porque isso quebraria o Estado e uma parcela do patronato. Daí a formulação de uma política de médio prazo para o salário-mínimo. Partem da constatação de que há um espaço na atual economia brasileira para o crescimento do salário mínimo. Segundo os proponentes, se a renda per-capta é de 2500 dólares e um trabalhador de salário mínimo recebe 665 dólares anuais, há possibilidade para a ampliação do salário mínimo vigente. Em segundo lugar, apostam na queda da inflação e, por isso, dizem que quanto menor for a inflação maior será o intervalo entre os reajustes, assegurando unicamente a correção trimestral. Em terceiro, acreditam que é possível elevar rapidamente a produção agrícola e a estrutura de abastecimento, o que provocaria a queda nos gastos com a alimentação. Ou seja, resolvidos os problemas de oferta de alimentos, estrutura de abastecimento, queda gradual da inflação e existindo a vontade política de superar o quadro recessivo, é possível o crescimen-

to econômico com distribuição de renda.

Não bastando essa mirabolante justificativa, propõe a criação de uma comissão entre trabalhadores, empresários, governo e parlamentares para o acompanhamento dessa política de reajustes graduais do salário mínimo. Para tanto, já correm atrás das assinaturas para levar ao Congresso Nacional.

Essa é a prova de como estão comprometidos os burocratas sindicais com a política parlamentar. Inicialmente, sacrificavam as reivindicações dos trabalhadores para pressionar o parlamento, agora utilizam as propostas parlamentares para bloquear a disposição de luta dos assalariados. A política da burocracia sindical tem sido uma só: submeter a vida dos trabalhadores às possibilidades do Estado e à ganância dos patrões.

Ao propor as comissões mistas entre capital-trabalho e governo selam o entendimento nacional para a sustentação do regime em crise. A perda da independência de classe dos explorados é a maior traição da burocracia sindical.

Levantemos contra essa campanha nacional de conciliação de classe e apontemos o caminho da ação direta das massas e em defesa de um plano de reivindicações, onde o salário mínimo real (hoje em torno de 900 mil), com escala móvel de reajustes e emprego a todos encabeçem a levante nacional contra a política de fome e miséria.

**Pelo Salário Mínimo Real de 900 mil cruzeiros.  
Com escala móvel de salários !**

## Congresso Nacional aprova a quadrimestralidade

Finalmente, a Câmara dos deputados pôs fim ao jogo de encenação do Senado, votando o projeto original de Collor, que prevê reajuste quadrimestral do salário mínimo. Pressionado pelos governadores, os parlamentares da burguesia rejeitaram a bimestralidade. Isto só foi possível porque os partidos oposicionistas debandaram em parte para o lado de Collor: 40% do PMDB, 10 deputados do PSDB e 10 do PDT. O governo contou inclusive com o voto do líder do PDT Vivaldo Barbosa. O PTB para apoiar totalmente o governo recebeu cargos estatais, a Secretaria Nacional de Esportes, a diretoria do Banco do Brasil, diretoria da Telebrás e muitos outros.

Se a bimestralidade, de um salário mínimo de 230 mil, mantinha o mecanismo de expropriação salarial, com a quadrimestralidade o rebaixamento do poder aquisitivo dos trabalhadores será violento. O resultado desta votação comprova a incapacidade do capitalismo não só de elevar minimamente as condições de vida das massas como sequer de manter seus assalariados, que são empurrados cada vez mais para a miséria absoluta. O salário mínimo de 230 mil com a quadrimestralidade é um decreto a favor da crise social.

Nisto se fundamenta a democracia burguesa. O Parlamento é um instrumento para legislar a fome da

maioria dos brasileiros. Depois, para impor a força a superexploração, o Estado tem a polícia e o exército. Os escravos modernos, que são os assalariados, estão obrigados a despendem grande energia física na fábrica e no campo, recebendo como preço de sua força de trabalho um salário que não lhes permite uma vida minimamente decente.

Os parlamentares que votaram o decreto de fome recebem 16 milhões por mês, sem contar com os ricos presentes, que recebem para legislar a favor dos grupos econômicos. Esta casta de corruptos está a serviço da escravização do povo. Os operários e camponeses pobres só poderão ter uma vida melhor se se colocarem por destruir esta parafernália burguesa, que é o Estado, seu parlamento e seus governos.

A primeira resposta a ser dada deve ser a defesa de que a CUT e os sindicatos imediatamente lancem uma campanha nacional pelo salário mínimo real (900 mil), com escala móvel de reajuste. A partir da convocação de assembleias sindicais e populares por todo o país se prepare a greve geral por tempo indeterminado. A fome e a miséria serão enfrentados com a ação direta das massas, que mostre ao parlamento, aos partidos patronais e ao governo seu poder sobre a produção.

## Reajuste bimestral do salário Mínimo

O Câmara Federal aprovou na íntegra o projeto de salário mínimo do governo. O senado fez uma modificação: transformou o reajuste quadrimestral em bimestral imediatamente, Collor se pronunciou pelo veto presidencial à modificação. Segundo o secretário de Política Econômica, com a bimestralidade, em julho o mínimo poderia chegar a 500 mil, tornando-se impossível para a economia e para o governo pagar. Ocorre que o valor real do mínimo a ser pago desde já é de 900 mil. E mais: a bimestralidade não faz senão repor parte da inflação passada. Mesmo assim há perda salarial. Manter o congelamento do mínimo por 4 meses significa reduzir violentamente seu poder de compra.

A bimestralidade, por sua vez, não era nenhum presente, pois também não assegura o valor constante dos míseros 230 mil. Os capitalistas estão livres para suspenderem os preços a qualquer momento. O próprio governo vem decretando tarifaço em cima de tarifaço. Nem bem se aprovou o novo mínimo de fome, aumentou-se o preço da gasolina, o que quer dizer que tudo vai aumentar.

A chamada economia de mercado é o direito dos capitalistas elevarem livremente os preços e do governo congelar os salários. É a economia da exploração do trabalho, onde os assalariados estão à mercê das decisões da classe patronal.

A política salarial, que rebaixa o valor da força de trabalho (assentada na base do salário mínimo) e o congela frente a uma inflação de 22% ao mês, é parte da política econômica de concentração de riqueza nas mãos da minoria capitalista e proteção do Estado falido, devido ter de pagar a fabulosa dívida externa parasitária. Assim, a política salarial também é parte da exploração imperialista (do grande capital financeiro internacional) do Brasil submisso e atrasado.

O Estado e a burguesia nacional estão obrigados a matar de fome os assalariados brasileiros para satisfazer os interesses dos exploradores estrangeiros. Então não é que não se pode pagar o salário mínimo real e mantê-lo livre da corrosão inflacionária. É que a economia capitalista atrasada está obrigada a servir de fonte de exploração das metrópoles imperialistas.

A fome e o desemprego crônicos são expressão da brutal exploração do trabalho. Os trabalhadores não podem sustentar tal regime econômico. A defesa do salário mínimo real e reajuste automático (escala móvel) é a condição elementar de sua sobrevivência. Nem o reajuste quadrimestral, nem o bimestral devem ser aceitos. A defesa deve ser a de implantação da escala móvel de reajuste: A cada vez que suspenderem os preços, automaticamente suspenderão os salários.

## Continuam os saques no Rio de Janeiro

Os saques de abril indicaram o grau de insuportabilidade da miséria de milhões de favelados. Na nova onda, ocorrida no dia 6/5, 300 policiais militares armados com bombas, metralhadoras e fuzis ocuparam a zona norte, onde se concentra o maior número de favelados, como se fosse travar um combate de grandes proporções. Provavelmente, o Sr. Brizola tinha na mente as imagens da rebelião negra de Los Angeles.

Somente o poder das bombas e dos tiros puderam evitar o saque ao Supermercado Mundial, protegido inclusive por seguranças particulares que

ameaçavam de atirar nos saqueadores. Apesar deste aparato policial, 12 estabelecimentos comerciais foram atacados por famintos favelados. No total já são 25 o número de supermercados esvaziados.

Com toda essa extensão, o governador do Rio e seus capachos têm a coragem de dizer que isto é obra dos traficantes e de quadrilhas que dominam os morros. Entretanto, a maioria presa é de desempregados e camelôs, em meio dos quais muitas mães e crianças. Atribuir às quadrilhas os saques é uma forma de acobertar o desespero de milhares de favelados que não têm o que

comer. É a fome que leva crianças, mães e pais à ação coletiva dos saques.

Os supermercados estão abarrotados de comida e a mesa dos trabalhadores já não pode ter sequer o arroz e o feijão. Se o desemprego, o alto custo de vida e os baixos salários não permitem que uma populosa camada tenha o essencial, os saques são inevitáveis. A violência policial expõe a incapacidade dos governos e da burguesia de erradicar a miséria. Ao contrário, o salário mínimo de 230 com reajuste quadrimestral é a comprovação da barbárie capitalista.

## Aumenta a repressão sobre os camelôs por todo o país

A repressão policial sobre os camelôs tem se generalizado nas principais capitais do país, como São Paulo, Rio de Janeiro. No final de abril, foi a vez de Recife. Cerca de 300 camelôs se rebelaram na Rua Rangel. O prefeito Gilberto Marques (PFL) decidiu acabar com o comércio dos camelôs nas 4 principais ruas centrais, justamente nos melhores pontos, onde se concentra o grande comércio. Os poderosos comerciantes, como da Loja Arapuá, vem pressionando para que seja proibida a presença dos camelôs. Seus seguranças não pensam duas vezes para sacar das armas contra os enfurecidos ambulantes, como demonstrou o ocorrido na própria Loja Arapuá.

Segundo as estimativas, no Recife há aproximadamente 5 mil camelôs. Este número reflete o crescente desemprego do Estado de Pernambuco. O fenômeno do vendedor ambulante vem se ampliando desde 1980, devido a estagnação econômica e a recessão. Quanto mais se desintegra a estrutura capitalista de produção e comercialização, mais se desenvolve o que se chama de economia informal. Esta forma de atividade que aparece mais ostensivamente nos países de economia atrasada, como Brasil, Bolívia, Peru, etc., vem ganhando espaço também nas grandes potências imperialistas. Os milhares de desempregados se vêm obrigados a ocupar as principais ruas de comércio com suas bancas, tornando-se inevitável o choque com os grandes comerciantes, que têm ao seu lado a polícia.

A pequena burguesia enriquecida se horroriza com o feirão e exige o fim da economia infor-

mal. É o que passa particularmente no Brasil. E as autoridades, em nome da urbanização, vão empurrando os camelôs para guetos, que inviabilizam sua subsistência. Em Diadema (SP), o prefeito petista José Augusto criou uma área especial para os ambulantes. O resultado é que quase os mata de fome, provocando revolta. No Rio de Janeiro, a prefeitura aplicou um investimento de 1 milhão de dólares para cercar o Largo da Carioca, no centro da cidade. Serão colocadas grades, bancos e mesas, um lago com uma fonte enfeitará a praça e um pequeno anfiteatro para mil pessoas agraciará a classe média. Todo o calçadão será desenhado com pedras portuguesas e haverá um jardim, com lampadário e relógio. Os turistas terão seu recanto num Rio de Janeiro rodeado de favelas. O mesmo embelezamento foi feito pela prefeita Erundina no Largo do Anhangabaú (SP). Assim, os camelôs são expulsos do centro.

As autoridades não tem como resolver de fato o crescente fenômeno da economia informal. Estão obrigadas enfrentar os camelôs com a repressão policial. Onde está a verdadeira solução? No fim do desemprego e da superexploração do trabalho. Duas condições impossíveis de serem solucionadas no sistema capitalista de produção, uma vez que a tendência é de desintegração econômica. A defesa do direito de livre comércio para os camelôs deve ser feita, em contraposição a toda forma de repressão. O movimento dos ambulantes deve se unir ao da classe operária, contra os exploradores e seu Estado.

## CAPITALISMO E ARMAMENTISMO

O ex-chanceler Helmut Schmidt, na abertura do Fórum Mundial, no Rio de Janeiro, destacou a grande dificuldade do governo norte-americano em modificar sua política armamentista, que consome bilhões e bilhões de dólares, embora o déficit público tenha se tornado insuportável. Reconheceu que mesmo com a redução programada dos gastos militares, "eles ainda serão, em 1997, 15% maiores, em dólares constantes, do que 21 anos antes, no meio da Guerra Fria" (Estadão - 14.04).

A desativação da economia norte-americana tem elevado o nível de desemprego, sendo que aproximadamente um quarto dos empregos perdidos está nas indústrias de defesa. E se prevê a possibilidade de corte de mais 300 mil ainda em 1992. Estes dados são apresentados pelo ex-presidente da Chrysler, Lee Iacocca, para se opor à redução da indústria armamentista.

O capitalista ianque reclama da perda de competitividade da indústria manufatureira, certamente para o Japão: "A resposta não é um novo programa para os desempregados do setor de defesa. A resposta estaria numa base industrial norte-americana mais saudável e competitiva. Seria uma base industrial capaz de utilizar as sofisticadas habilidades de defesa pelas quais já pagamos um preço elevado".

Lee Iacocca sonha em aplicar uma parte da sofisticada tecnologia militar na indústria, para torná-la competitiva internacionalmente. É claro que sabe muito bem da inviabilidade de potenciar as forças produtivas, quando justamente o capitalismo mundial vive o sobressalto da crise de superprodução. O que pretende é manter a força da indústria bélica, componente essencial da fase imperialista

da economia parasitária.

Porém, ao defender uma nova política industrial, revela a contradição de base do império norte-americano, ou seja, que o domínio militar não se sustenta por si só, pois deve expressar o domínio econômico. Como grande poder bélico, não pode perder posições econômicas. Os EUA necessitam utilizar de sua posição militar para reverter a perda de terreno ocorrida nos últimos tempos para o Japão, Alemanha, etc.

Se é evidente o bloqueio estrutural do capitalismo mundial para a economia norte-americana dar um grande salto produtivo, transferindo tecnologia da área militar para a produtiva, o ex-chefe do automobilismo não deixa de exigir uma tomada de posição nacionalista do governo Bush (intervenção do Estado) para ampliar a guerra comercial contra os concorrentes imperialistas. Para isso, é necessário manter a potência bélica no alto. Não há como desativar a indústria do parasitismo militar, sem que isso provoque uma grande derrocada no capitalismo norte-americano e fortaleça a marcha do Japão e Alemanha. A potência do norte não tem outra via para a decomposição da economia imperialista senão acirrar a guerra comercial e fortalecer as suas posições militares.

Se queremos ver a marcha da barbárie capitalista, basta que olhemos esta contradição. O operariado está chamado a se contrapor a ela, como força social capaz de lutar pelo socialismo. A construção dos partidos revolucionários e a reconstrução da IV Internacional se impõe com o grande problema do proletariado mundial.

## O PT está expulsando a Convergência Socialista !

Está prevista a expulsão da Convergência Socialista (CS) para o mês de junho, quando será realizada a Convenção Nacional do PT. Os burocratas petistas que dominam os vários diretórios estaduais pleiteiam a urgente expulsão da CS, por considerá-la inadapta da aos objetivos de aliança com setores da burguesia. O deputado Antônio Palocci Filho explica que "o pessoal da CS não aceita os avanços democráticos do partido" e que "só lhes resta deixar o PT e formar um partido próprio". O que seria o avanço democrático do PT? No programa eleitoral dos petistas de Ribeirão Preto se prevê a formação de conselhos municipais de administração. Eis a explicação de Palocci: "Em Ribeirão Preto, por exemplo, esse conselho será formado, caso a candidatura do PT vença as eleições, por representantes dos empresários,

dos trabalhadores e até mesmo por representantes dos partidos políticos como o PDS e todos serão ouvidos, o que não é aceito pela CS" (Diário Popular 14/4).

Está claro que o PT se propõe governar com todas as forças do patronato, inclusive a direita (PDS). Qualquer posição de esquerda que seja obstáculo à política de aliança com os capitalistas e seus partidos não pode permanecer no PT. O avanço democrático a que se refere o parlamentar tem por conteúdo a política de colaboração com os exploradores, o que significa manter os assalariados submissos à política e ao Estado burguês. Nesse sentido, a expulsão da CS e de outras correntes é uma medida reacionária da direção majoritária do PT (Articulação).

### Qual a resposta da CS?

Desde o I Congresso do PT (final de 91), a CS formou um bloco, seguindo a tática do morenismo de frente de esquerda, que objetiva através de um programa mínimo unir várias correntes distintas. A base desse programa se resume nas bandeiras de "Fora Collor," não ao FMI e por um PT revolucionário. Desta forma, lançou as chamadas anti-candidaturas para as eleições municipais. Com tal política, procura aglutinar forças para sair fortalecida da expulsão.

Não há nada de errado uma corrente política em luta contra outra trabalhar pelo seu fortalecimento. O problema está no conteúdo oportunista da política traçada. A essência do colaboracionismo burguês do PT está em que este partido desde a sua origem se apoiou no objetivo estratégico de democratizar o Estado capitalista brasileiro, se constituir numa alternativa democrático reformista e formar um partido de massa eleitoral com representação trabalhista no parlamento burguês. A CS insiste na idéia de que o PT das origens tinha uma política proletária e que foi sendo abandonada posteriormente. Baseia-se assim numa falsificação histórica.

A verdade é que um partido não pode ser revolucionário se não se propõe à destruição do Estado capitalista, à expropriação dos meios de produção e à clara luta antimperialista, ou seja, internacionalista. Esta tarefa só pode ser realizada através da Revolução Proletária, por isso necessariamente uma política de classe genuína se apoia na estratégia de constituir um governo saído da insurreição, que por sua natureza social é a ditadura do proletariado contra a reação burguesa. A CS nunca defendeu esta linha programática no interior do PT e, no I Congresso, se mostrou impotente frente à moção de José Genoíno condenando a forma da ditadura do proletariado e os métodos violentos da revolução. Assim, a CS não pôde convocar as ditas correntes de esquerda para defender o programa da transformação

socialista do Brasil.

A bandeira do Fora Collor tem por fundamento a solução da crise do governo Collor pela via da antecipação das eleições gerais, previstas para 1994. Se a bandeira da Articulação de "Não a Collor" significa manter o governo reacionário até o final do seu mandato, o Fora Collor procura removê-lo através dos mecanismos democrático-burgueses do Estado capitalista. Mais uma vez a CS revela sua política democratizante, distinta da tarefa do proletariado de pôr abaixo o governo antinacional e antipopular pela ação direta das massas e pela defesa da implantação de um governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

É com esse ilusionismo democrático esquerdista que convoca "a esquerda a se unir por um PT revolucionário e contra a expulsão da CS". Pode o PT reverter sua trajetória social democrata? Absolutamente não. A implantação da Articulação na direção e o próprio democratismo das esquerdas petistas fizeram do PT um partido contra-revolucionário. Como os morenistas e seus satélites do bloco de esquerda não estão de posse da tarefa de construir o Partido Operário Revolucionário (marxista-leninista-trotsquista), não pode reconhecer que a condenação da ditadura do proletariado no I Congresso expressa uma política conscientemente capitalista e pró-imperialista do PT. A não caracterização do PT como contra-revolucionário é uma concessão, que é feita pelos revisionistas do marxismo.

Como vemos, a resposta da CS a ameaça de expulsão não é a de defesa do programa marxista, necessário para combater o partido de colaboração de classes, o eleitoralismo enganador das massas e para avançar a vanguarda na construção do Partido Operário Revolucionário. Tal degenerência política continua expressar a crise de direção do proletariado brasileiro, que de resto é uma crise de direção mundial.

**Participe da campanha contra as perseguições políticas  
a Boni, Romildo e Tonhão !  
Vários sindicatos já incluíram seu carimbo no abaixo  
assinado !**



## O porquê da expulsão da CS

A possível expulsão da CS não é um fato isolado. A primeira investida da direita petista recaiu sobre a T.POR. A expulsão de Manoel Boni por organizar as ocupações de terra em Diadema procurou atingir a T.POR, que só não foi expulsa enquanto corrente porque esta rompeu antecipadamente em defesa da estratégia programática da Revolução e Ditadura Proletárias. Em seguida, houve a expulsão de Causa Operária, que tudo fez para se adaptar à Resolução sobre as Tendências, que por seu conteúdo anulava as posições revolucionárias. Agora chegou a vez da CS, que mesmo se submetendo ao máximo às exigências da Articulação não pôde admitir a descarada colaboração com os capitalistas.

Embora tenha questionado a política de aliança eleitoral com os partidos patronais, a CS em nenhum momento deixou de representar uma posição democratizante esquerdista. A essência de sua política não está em contradição com a estratégia de um governo democrático eleitoral, expresso na bandeira de governo dos trabalhadores. A CS nunca lutou no interior do PT pela estratégia da Revolução e Ditadura Proletárias. Por isso, foi incapaz de se opor conseqüentemente à estratégia do governo democrático e popular, que por sua natureza pressupõe a aliança do PT com setores do capital.

O que a CS sempre exigiu foi que o PT se constituísse numa alternativa de governo saído das eleições, sem que compusesse com determinados partidos como o PSDB. A idéia do PT, através da candidatura de Lula, vir a constituir um governo dos trabalhadores comprova a política democrática pequeno burguesa radical da CS. Por outro lado, a Articulação, com toda razão, considera um sonho o PT governar o Estado capitalista sem o apoio da própria burguesia. O que seria um governo dos trabalhadores, como qualifica a CS, saído das eleições senão um governo do Estado burguês?

Por que então a CS estaria sendo expulsa se no fundo é uma corrente democratizante compatível com um partido reformista? Ocorre que a viabilização de um PT eleitoral não passa pela política democratizante de esquerda radical. Ou seja, necessariamente o PT precisa da aliança com setores da burguesia nacional. Mais do que isso: O PT está obrigado a aprofundar suas relações internacionais com a social democracia, que o tem sustentado financeiramente.

A expulsão de todas as correntes opositoras, democrático esquerdistas ou revolucionárias se tornou um imperativo para o PT ganhar confiança dos capitalistas e poder avançar na sua linha de integração no Estado.

## Ato contra as condenações políticas de Boni, Romildo e Tonhão

Realizou-se no dia 30 de abril em Diadema o ato contra a condenação de Boni, Romildo e Tonhão. Contou com a presença de 150 pessoas, dirigentes do movimento pela moradia, comissão de ocupantes do Morro do Samba, Vila Socialista, Buraco do Gazuza e Vila Nova e condutores. Estavam presentes o PSB, o PPS, Independentes (grupo petista) e militantes da Convergência Socialista.

O ato, apesar de não-massivo, foi um manifestação política contra a violência reacionária do Estado burguês. A Justiça quer punir exemplarmente os líderes do movimento para impedir novas ações na região, por isso, armou processos criminais para enquadrá-los em crimes comuns (como por exemplo mortes) e contou, para isso, com o apoio do prefeito petista e seus comparsas. Recai sobre Manoel Boni o peso maior desses processos falaciosos. Todos que usaram a palavra

repudiaram a ação da Justiça e defenderam Boni, Romildo e Tonhão.

Na manifestação foi lido e aprovado o Manifesto contra as condenações. Houve o comprometimento na divulgação desse documento nos bairros, fábricas, escolas, etc. Enfatizou-se também a importância do fortalecimento do Comitê contra as condenações. A mobilização dos trabalhadores e a denúncia do governo e da Justiça corrupta são fundamentais na luta contra a condenação política.

Apesar do convite a todas as correntes que se reivindicam do movimento operário e às lideranças sindicais, estes têm se mostrando incapazes de trabalhar a fundo na construção de um amplo movimento contra as condenações. Por isso, não estiveram presentes, não ajudaram nas convocações e não se colocam pela construção dos comitês.

## O 1º de Maio da Praça da Sé

A Cut regional SP organizou o 1º de Maio com muita festa. Nada de grandes manifestações contra a política econômica do governo, nada de concreto na organização da luta dos trabalhadores, mas sim meras denúncias demagógicas contra o salário mínimo, contra o desemprego e a alta dos preços. A bandeira central dos festejos era "Fora Collor Já". O ato contou com a presença dos militantes sindicais, dos movimentos pela moradia, estudantes e partidos políticos. A classe operária e o campesinato, organizados enquanto classe, estiveram ausentes.

A CUT preparou uma festança na praça e não um ato de protesto contra a fome, miséria e o desemprego. Por isso, se empenhou em levar artistas, músicos e palhaços. Entre os presentes estavam os Punks (grupos de jovens que refletem a decomposição social), que sempre causaram brigas nas manifestações de 1º de maio. Nesse dia começaram desde cedo as rixas entre as gangs, provocando corre-corre e empurrões.

O ato que tinha tudo para encerrar como um simples dia de lazer acabou sendo duramente reprimido pela polícia. A repressão não foi pela radicalização da manifestação, mas sim por acusações falsas feitas pela polícia. A confusão se armou e em poucos minutos a polícia iniciou a pancadaria, o que foi respondido com garrafas, latas, etc. A repressão policial foi seguida de tiros para evacuar a praça, o que não teve êxito. O resultado foi a prisão de inúmeros militantes e ferimentos em mais de 50 pessoas. O acontecimento da Praça da Sé evidência a violência reacionária do Estado, que por qualquer suspeita inicia a repressão.

O 1º de maio que deveria ser de luta, de organização nacional dos trabalhadores contra o governo corrupto quase que termina em um trágico incidente. Cabe à CUT realizar um balanço e mudar radicalmente com o caráter desses atos festivos. Chega de convocar os trabalhadores para nada!

## Derrotar o imobilismo da diretoria da Apeoesp

A campanha salarial dos professores estaduais está paralisada. Nada tem sido feito para reverter o quadro de apatia das escolas. Não basta a convocação de assembleia geral para discutir a campanha, é necessário que a direção prepare a categoria para que a mesma responda massivamente na assembleia. As discussões nas escolas, a elaboração de um plano de lutas, a formação do comando regional de mobilização, são necessários para retomar a disposição de luta da classe. Os professores estão questionando as greves isoladas, que têm levado a derrota dos movimentos. Para isso, utilizam os exemplos dos professores de outros estados que foram à greve e saíram sem nenhuma conquista econômica, como é o caso de Rio de Janeiro, ou mesmo dos estados que estão em greve como Tocantins. Porém, a direção não investe no sentido de aproveitar o momento para organizar o movimento unitário dos docentes e para defender o fim das greves passivas e a transformação em luta ativa contra os governos.

Esse quadro de paralisia do magistério têm sido aproveitado pelo governo para impor os reajustes minguados. Quase sempre

através de referências e não reajustes que acompanham a inflação e reponham as perdas salariais. No mês de abril já anunciou 8 referências, parceladas até setembro (cada referência significa somente 5% no salário) e nenhum reajuste. A direção da Apeoesp (corrente política Articulação) tudo tem feito para não preparar a greve, para isso não se cansa de lançar campanhas inócuas, como por exemplo os abaixo-assinados, os retratos das escolas públicas, etc. Nada servem porque não são acompanhados de ação da classe. Agora, frente o índice zero de reajuste, propõe retomar a paralisação de um dia (mero protesto).

Na assembleia do dia 15 de maio devemos aprovar um plano real de mobilização e rechaçar a política de imobilismo dessa direção. Devemos aprovar a unidade com o funcionalismo e os outros setores de trabalhadores, a formação dos comandos de base, as assembleias inter-categorias, com a perspectiva clara da organização da greve. Caso contrário, o governo continuará impondo o arrocho salarial e a categoria continuará cada vez mais descrentes com as possibilidades de luta.

## Construção civil: denúncia

A empreiteira Novo Espaço, contratada pela prefeitura petista de Diadema, abusa dos trabalhadores ao arrochar os salários a tal ponto que um operário não pode perder um dia sequer de trabalho sem que deixe de comer no dia seguinte. Mesmo trabalhando com intensa jornada e todos os dias, o assalariado não está podendo pagar o aluguel e fazer a compra do mês. Enquanto isso a prefeitura paga rios de dinheiro para esta empreiteira. Os trabalhadores que contróem a riqueza vivem uma situação calamitosa.

O grave dessa situação é que o sindicato da construção civil, dirigido por

cutistas, é incapaz de mobilizar para as assembleias os operários do setor. Sem um trabalho constante nas bases da construção civil pelo sindicato, as empreiteiras e demais capitalistas da construção podem manter todo tipo de arbitrariedade para com os seus trabalhadores.

Os operários conscientes da construção civil deverão reagir perante essa situação, exigindo do sindicato a convocação sistemática de assembleias, a unificação dos trabalhadores e sua organização independente de base através da formação das comissões de obra

## Têxtil Impulsionar a luta! Esta é a tarefa do departamento

Em suas teses, apresentadas para o Congresso do departamento de vestuário da CUT, a oposição têxtil de SP mostra inicialmente como está se processando a política de recolonização do imperialismo, de como este procura se livrar da crise estrutural do capitalismo, oprimindo cada vez mais os países atrasados (semicoloniais). Isto tem se dado em três níveis: desestatização, abertura de mercado e pagamento da dívida externa.

O resultado desta política para a classe operária tem sido as demissões massivas, arrocho salarial, enfim o maior empobrecimento dos trabalhadores.

A tese analisa, também, a divisão interburguesa. Os constantes choques de interesses em torno da política pró-imperialista do governo, as denúncias de corrupção que atingem o centro governamental, a crise ministerial e a mal sucedida tentativa de Collor para concretizar um governo de coalizão com o PSDB são sinais visíveis da crise do regime político.

Embora a crise governamental seja profunda, o governo Collor tem conseguido impor aos assalariados a política do FMI, como acabamos de presenciar com a votação do novo salário mínimo. Isto se explica pela colaboração da burocracia sindical da CUT (Articulação), que aliada a CGT e Força Sindical, constituiu uma verdadeira frente burocrática sindical de conciliação com a burguesia, contrária aos interesses das massas.

As teses explicam o conteúdo político da divisão da CUT em torno da bandeira Contra Collor, da Articulação e Fora Collor, das correntes de esquerda. Ambas as posições se mantêm no quadro da democracia burguesa. A Articulação, ao propor o Contra Collor, objetiva defender a estabilidade do governo, através da manutenção da pura oposição

parlamentar, feita através do PT e demais partidos burgueses. É nesse sentido que defende o mandato integral do presidente pró-imperialista. A estabilidade de Collor, para a Articulação é a própria estabilidade da democracia burguesa.

As correntes de esquerda, com o Fora Collor, defendem a abreviação do mandato presidencial e convocação de eleições gerais. Desta forma, procuram solucionar a crise governamental e modificar o caráter do governo antinacional e antipopular pela via da democracia burguesa. Como se vê, a bandeira geral do Fora Collor, que tem empolgado a ala esquerda petista, como se estivesse combatendo com esta arma a linha de conciliação de classe da Articulação, na verdade está impulsionando o democratismo esquerdista do bloco de esquerda do PT.

As teses denunciam a falsa polarização estratégica. Colocam que ambas as vias bloqueiam as tarefas de pôr em pé um movimento nacional dos trabalhadores contra os ataques capitalistas às condições mais elementares da população. Levantam que a derrubada do governo pró-imperialista só é possível através de um profundo movimento social, liderado pelo proletariado. O ponto de partida para contrapor as massas ao governo antipopular está na defesa de um plano de luta, que tenha por base a reivindicação do salário mínimo real com escala móvel de reajustes. É nesse sentido que as teses concluem pela necessidade de unificar e impulsionar as lutas criando um movimento geral contra a fome, miséria e o desemprego. Uma vez que o Congresso do departamento aprove tal linha trata-se de sair em defesa dela junto às massas, contra a camarilha burocrática da Articulação e o ilusionismo democratizante das correntes de esquerda.

## Professores: construir a greve ainda neste semestre

Mesmo com o reajuste de 54,3% aplicados sobre os salários de dezembro, os professores continuam recebendo baixos salários.

Por mais que a diretoria do sindicato afirme que Fleury zerou as perdas salariais durante seu governo, restando portanto, 131,8% do governo Quéricia, vemos que o piso salarial dos professores continua bem abaixo do reivindicado pela categoria, hoje Cr\$ 7 milhões por 20 horas. Com os salários baixos e o custo de vida passando dos 30% ao mês, a situação agrava-se mais ainda.

A diretoria da Apeoesp evita atacar Fleury, deixando de responsabilizá-lo pelo sucateamento das escolas e pelo arrocho salarial. Alimenta ilusões nas possibilidades de obter conquistas sem luta, através das negociações com o governo. Hoje, ao invés de mobilizar contra o ataque à escola pública,

prefere chamar debates em torno do plebiscito sobre sistema de governo, que a burguesia tem usado para manobrar com a crise política. Torna-se colaborador menor do governo estadual e do federal, ambos entreguistas, que na essência de suas políticas não diferem da de Collor.

Para se lutar contra o sucateamento da escola pública, bem como elevar o piso da categoria de acordo com o salário mínimo, ter reajuste automático de acordo com a inflação, etc não há outra forma que a luta direta dos professores juntamente com os outros funcionários públicos, contra o governo patrão.

Por isso, na assembléia do dia 19/03, devemos rechaçar a política pró-burguesa e a conciliação que a diretoria da Apeoesp vem fazendo com o governo e levantar a necessidade de construir a greve ainda neste semestre por nossas reivindicações.

### Construir uma nova direção para o sindicato, organizar a oposição de luta

Está mais do que claro que a posição da diretoria do sindicato (Articulação) é uma política que vem impedindo a unidade da categoria para evitar o confronto com o governo. Por isso não consegue levar a luta conseqüente contra o sucateamento dos serviços públicos, uma vez que tem a pressão parlamentar como a principal forma de reivindicar.

É em função dessa política, que tem gerado muito descontentamento pelas derrotas que vem causando, que a diretoria é obrigada a cercear seus opositores, evitando os debates, instaurando as comissões de ética, controlando as assembléias, etc, enfim, atacando a democracia sindical.

Trata-se de um processo de profunda burocratização sindical, resultado da aplicação da política reformista da direção, e que impede a organização da unidade da classe para a luta.

Para se conseguir levar a luta conseqüente contra o sucateamento do ensino público é preciso construir uma nova direção para a entidade, baseada num programa que critique a política reformista-corporativista e que ponha em prática a democracia sindical. Isso implica em organizar uma oposição à diretoria que assuma esse programa, chamando a organização da ação direta e a unidade com todo o funcionalismo, a partir das discussões nas escolas, assembléias regionais e estaduais.

## Onde estão os livros didáticos prometidos pelo governo?

As propagandas governamentais sobre as condições de se estudar numa escola pública, onde os livros são gratuitos, a merenda de boa qualidade e onde há vagas para todos agitam todos os dias na TV, jornais e cartazes. Concretamente, nada disso acontece. As escolas estão em péssimas condições, os alunos continuam comendo a mesma merenda e os livros não chegaram.

Segundo o governo, foram distribuídos 220 milhões de livros de 1986 a 1991. Caso tenha efetivamente chegado às mãos dos alunos, essa volumosa quantidade não passa de um livro por aluno. O que é extremamente insuficiente.

Além dos problemas dos atrasos na distribuição dos livros, chegam geralmente no final do ano letivo, as denúncias de desvio desse material já se tornaram frequentes. Em São Paulo há mais de 7 milhões de livros estrangando num depósito. Esses livros foram salvos em 1991 de virarem papel higiênico e, desde essa época, estão armazenados em um galpão da Conab. Estão servindo de provas para um processo jurídico de corrupção, quando se descobriu que parte dos 67 milhões de livros didáticos não havia chegado às escolas. A Justiça não libera os livros (que já estão estrangando) e as escolas permanecem sem o material.

Como se vê, a mentira, corrupção e o descaso pela escola pública faz parte da política dos governos. A defesa da escola única estatal, financiada pelo Estado, mas com total autonomia, ou seja, controlada pelos pais, alunos e trabalhadores da educação é fundamental. Trata-se de colocar nas mãos dos que estão diretamente envolvidos com o ensino o controle da escola e do material.

## Itália: A corrupção toma conta do governo

O sistema de governo na Itália é o parlamentarismo, tendo como chefe de Estado Oscar Luigi Scalfaro e como primeiro ministro Giuliano Amato. O gabinete ministerial é composto por 4 grandes partidos: O Socialista, Democrata-Cristão, Social-Democrata e Liberal. Ao assumir o governo Amato anuncia um pacote econômico que prevê aumento de impostos, cortes nos gastos públicos, aumento do tempo para a aposentadoria, congelamento dos salários do funcionalismo público e a privatização das 6 maiores estatais do país. Essas medidas (semelhantes às aplicadas no Brasil) têm como objetivo a integração do país à economia européia, nos termos do Tratado de Maastricht. Isso têm gerado protestos por toda a Itália.

Ao mesmo tempo que o governo procura atender as exigências do Tratado de Maastricht, o que implica em pacotes econômicos de austeridade (corte de subsídios), se envolve num mar de corrupção que atinge o centro do poder Estatal. Os seus principais ministros como o das Finanças Giovanni Goria é acusado de envolvimento na falência fraudulenta de um banco que lidava com cadernetas de poupança; o ministro da saúde Francesco Lorenzo é acusado de ter sido eleito com "votos manipulados", pois teria prometido empregos públicos a seus eleitores. As acusações de manejo de altas propinas ao ex-primeiro ministro Bettino Craxi (ex-secretário geral do Partido Socialista) e a Claudio Martelli (também do Partido Socialista) de envolvimento na falência fraudulenta do Banco Ambrosiano (um escândalo que atingiu a Igreja Católica, maçonaria e empresários) atingiu também os altos escalões do Partido Socialista italiano.

Como se vê, da cúpula do governo aos partidos que o sustentam a corrupção se generalizou. O governo tenta se recompor nomeando novos ministros a partir da demissão dos envolvidos, porém não é capaz de solucionar esse grave problema. A corrupção é parte do regime capitalista e, por isso, atinge não só os países de economia atrasada como o Brasil, mas também os imperialistas. Haja vista, os escândalos no Japão, Estados Unidos, etc. A eliminação da corrupção só pode se dar com a destruição do regime de exploração do trabalho. Essa é uma tarefa da classe operária organizada nos partidos revolucionários.

### Somália:

## BARBÁRIE, HIPOCRISIA E CINISMO DO IMPERIALISMO

O que chamam de humanitário é na verdade uma desculpa para controlar o conjunto do Oceano Índico.

A Somália foi oprimida durante este século pelos imperialismos britânico, francês e italiano e sofreu a partição da África de acordo com os interesses imperialistas, o que perpetua o atraso e impede a unidade nacional africana.

O imperialismo americano, em fins da década de 70, cancelou a experiência nacionalista do filo-estalinista Mengistu através da ditadura policial militar de Siad Barre e se demonstrou a inviabilidade do socialismo num só país.

A barbárie atual é o resultado desta história de submetimento, onde tampouco faltaram as aventuras de guerra estimuladas pelo imperialismo contra países vizinhos (Quênia, Etiópia).

(Extraído de Massas Nº 68, do Comitê Construtor do POR da Argentina)

## Yeltsin luta para avançar restauração capitalista

O estouro da inflação na Rússia, hoje em torno de 50% mensais, agravou a crise política e fez com que tanto os restauracionistas mais radicais como Yeltsin quanto os estalinistas mais conservadores passassem a buscar um acordo que não permita às massas intervirem na solução da crise.

A luta entre Yeltsin, presidente eleito em 1991, e os chamados conservadores, ex-membros do PC, que dominam o parlamento eleito em 1990, não é em relação à estratégia de restaurar a economia de mercado, que ambos pretendem, mas em relação a como se dará essa restauração, quem serão os beneficiados, e quem ficará com o controle do Estado. Está marcado para o dia 11 de abril um referendo popular para escolher o sistema de governo e uma nova Constituição para o país. Mas Yeltsin e o Parlamento estão em vias de fechar um acordo que, reduzindo em um ano o mandato de cada um, adie o plebiscito e deixe as massas insatisfeitas

totalmente fora da crise política, no que ambos também concordam.

O avanço da crise na Rússia é produto da crise mundial capitalista. Para deter o avanço da miséria na Rússia é preciso deter a restauração capitalista. E para isso é preciso que as massas retomem o poder ao estado, que está nas mãos das frações burocráticas que lutam para dividir entre si o controle do estado e as ações das estatais a privatizar. Para isso é preciso a Revolução Política, que se dará a partir da elevação da consciência das massas da necessidade de defender as conquistas da Revolução Russa e de varrer com a burocracia usurpadora e pró-capitalista. Cumprirá um papel fundamental nesse processo o partido revolucionário, construído sobre a base das conquistas programáticas do proletariado mundial. Reconstruir a IV Internacional é a melhor forma de lutar contra a destruição física das nações russas pela restauração capitalista.

## Não à Restauração Capitalista na Rússia

As frações dominantes da velha e nova nomenclatura fazem campanha para a restauração do capitalismo na Rússia. A classe operária de nosso país uma vez mais se coloca face face um sistema social no qual o objetivo principal é a extração de mais valia e a busca ininterrupta de novos mercados para explorar.

A Rússia inegavelmente necessita uma estreita integração à economia mundial. Mas as condições para esta integração oferecidas pelo mercado capitalista mundial, como existe agora, arruinariam o povo da Rússia. Seriam favoráveis somente a uma restrita minoria.

Devemos indicar com absoluta clareza que o capitalismo não apenas não resolverá nossos problemas, mas os agudizará, empurrando a maioria da população do nosso país a condições de pobreza e desemprego. Este é um destino que a maioria dos países do terceiro mundo estão forçados a suportar. Nossa tarefa é evitar que se produzam essas catastróficas consequências.

(Extraído de "Declaração Política" do grupo "Socialismo Revolucionário", firmada em 1992 em Chelyabinsk (montes Urais) por partidos e movimentos de esquerda da Rússia. Publicado em "Boletim", Vol. 1, Nº 2, novembro de 1992, Comitê de informação dos trabalhadores soviéticos, Nova York).